



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CRISTIANE LIRA DE LIMA
PATRÍCIA PALOMA DE OLIVEIRA**

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CENTRO EDUCACIONAL DO JOVEM E O PAPEL
DA EDUCAÇÃO PARA OS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI**

JOÃO PESSOA – PB

2014

**CRISTIANE LIRA DE LIMA
PATRÍCIA PALOMA DE OLIVEIRA**

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CENTRO EDUCACIONAL DO JOVEM E O PAPEL
DA EDUCAÇÃO PARA OS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora Isolda Ayres Viana Ramos.

JOÃO PESSOA – PB

2014

**FOLHA DE APROVAÇÃO
COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof^a Orientadora Isolda Ayres Viana Ramos
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a Dr^a Sandra Santiago
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a Maria do Amparo Caetano de Figueirêdo
Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, ____ de _____ de 2014.

Aos meus pais, familiares e amigos que me ajudaram ao longo do processo da graduação, com paciência e muita dedicação me ajudaram a concluir mais uma etapa acadêmica.

Cristiane Lira

Agradeço aos meus Pais, parentes e amigos por
contribuírem para a realização de mais uma etapa de
minha vida.

Patrícia Paloma

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela sua existência em minha vida me auxiliando nos momentos bons e de tribulações;

Aos meus pais que me auxiliam em cada momento de minha vida;

À minha irmã Cristina Lira que é parte importante desta etapa;

Aos meus amigos que de forma direta ou indiretamente estavam comigo sempre;

À professora Isolda Ayres que nos orientou com muita dedicação de forma clara e objetiva;

À toda a equipe do CEJ e FUNDAC que nos recebeu de braços abertos auxiliando-nos na nossa pesquisa;

À todos os professores da Universidade Federal da Paraíba que ao longo de todo o curso nos proporcionou conhecimentos, cada um com sua especificidade mas que independentemente de tudo deixaram sua contribuição em minha vida.

Cristiane Lira

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo amor e incentivo durante toda a minha caminhada...

Aos meus amados irmãos Michelle e Francisco por todo o afeto e carinho...

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo...

Aos meus amigos, em especial a Patrícia Duda, Edgerson dos Santos e Julyanna Oliveira pelo companheirismo e amizade, com vocês a caminhada tornou-se menos longa.

À professora Isolda Ayres por nos orientar com paciência e profissionalismo.

À equipe do CEJ, por nos acolher durante todo o nosso estágio, confiando em nossa pesquisa.

Aos jovens internos, por que sem vocês não seria possível à realização deste trabalho.

À todos os docentes (mestres e doutores) que contribuíram para a minha formação transmitindo seus conhecimentos.

À todos os funcionários do Centro de Educação pela acolhida durante todo o curso.

E ao meu Deus por proporcionar o melhor em minha vida desde a minha concepção.

Patrícia Paloma

“O que importa realmente, ao se ajudar o homem é ajuda-lo a ajudar-se. É promovê-lo. É fazê-lo agente de sua própria recuperação.”

Paulo Freire.

SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
CEJ	Centro Educacional do Jovem
EJA	Educação de Jovens e Adultos
CEA	Centro Educacional do Adolescente
FUNDAC	Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida
SETRASS	Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais
FEBEMAA	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor Alice de Almeida
ABE	Associação Brasileira de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
MEB	Movimento da Educação de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
MCP	Movimento de Cultura Popular
UNE	União Nacional dos Estudantes

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar as ações pedagógicas que são ofertadas aos jovens em conflito com a lei que cumpre medidas socioeducativas em regime de internação e semiliberdade no Centro Educacional do Jovem (CEJ) nesta capital e fazendo uma breve reflexão sobre a qualidade deste trabalho, bastante importante para a reeducação e ressocialização de jovens que cometeram atos infracionais, ressaltando a importância de uma educação inclusiva, trabalhando a autoestima e proporcionando uma educação de qualidade, uma qualificação profissional, que possa auxiliar estes jovens em seu retorno ao convívio familiar e a vida em sociedade garantindo-lhes o exercício de sua cidadania. Abordar os desafios e executar ações pedagógicas em um ambiente imperado pelo preconceito e exclusão, pelos portões fechados e pelo constante estado de vigilância, nos coloca a reflexão a respeito de uma educação voltada para a construção do desenvolvimento educativo e social dos jovens, presentes na afetividade, na tolerância e no bom senso. A pesquisa foi realizada no período de dois meses através da observação e da entrevista com a pedagoga da instituição

Palavras-chave: Jovens em conflito com a lei - Ações pedagógicas – reeducação - ressocialização.

ABSTRACT

The present work aims to reflect about the education that is offered to young offenders who meet educational measures in the Youth Educational Centre (CEJ) and several other inpatient units in the country, working for the rehabilitation of young people and resocialização committed acts inflationary, emphasizing the importance of inclusive education, working self-esteem and providing them a quality education , as well as a professional qualification that will provide partner in educating his return to life in society exercise their citizenship . Addressing the challenges and perform actions on a pedagogical reigned by prejudice and exclusion by the closed gates and constant alertness and fear environment puts us thinking about an education that requires key elements for the construction of educational and social development of young people present in affection, tolerance and good sense .

Keywords: young offenders - educational activities - rehabilitation - resocialização

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. OS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	18
3. O PERFIL DOS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI DO CEJ	21
4. FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ALICE DE ALMEIDA (FUNDAC).....	24
5. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	26
6. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	31
7. DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	34
7.1 ENTREVISTA COM A PEDAGOGA.....	47
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

Com as transformações do mundo moderno, a educação está se consolidando como um fenômeno de diferentes interpretações e formas de aplicação, levando em consideração que sua prática está presente em vários lugares sejam eles institucionalizados ou não, assim como em diferentes modalidades, podendo atender às complexidades de nossa sociedade e suas diferentes formas de transmissão do conhecimento.

Pensar em uma educação voltada para sujeitos excluídos e marginalizados pela sociedade, é tão difícil quanto o caminho para colocá-la em prática, educar jovens que tem em sua história de vida, experiência com a violência, a rejeição, a falta de vínculo familiar entre outros, requer um cuidado na elaboração de currículos, no planejamento das ações pedagógicas e uma preparação e formação continuada dos responsáveis pelo fazer pedagógico, que deve se concretizar na formação da autonomia, trabalhando para que os jovens tornem-se cidadãos e contribuam para o progresso de nossa sociedade.

As ações pedagógicas estão presentes na educação formal e informais sendo suas práticas educativas encontradas na família, na escola, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais, instituições não escolares entre outros. A educação é um campo do conhecimento onde se procura resolver a sua própria problemática na sua totalidade e historicidade, buscando norteadores que satisfaça a sua prática com bons planejamentos e organização dos currículos, adaptando-os conforme as necessidades sociais e contribuindo para a emancipação do homem na sociedade.

As particularidades do ambiente onde são aplicadas as medidas socioeducativas assim como suas especificidades fazem do processo de ressocialização um grande desafio, sem contar com a preocupação do saber propriamente dito, ao qual, merece destaque a afirmação de Freire (1996) "Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação".

As dificuldades em ensinar em um local imperado pelo preconceito e exclusão é tarefa difícil para os responsáveis pela equipe pedagógica, pois, é preciso uma adaptação de currículo e um diferencial no planejamento escolar, para que os sócioeducandos tenham uma educação eficaz e de qualidade preparando para um

conhecimento transformador que esteja em concordância com as realidades por eles vividas.

A partir da concepção de uma educação transformadora muito defendida por Freire, o governo tem investido em inúmeras políticas públicas, com a finalidade de colocar em prática as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como as diretrizes pedagógicas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que elaboraram ações capazes de garantir o pleno desenvolvimento dos jovens em conflito com a lei, de modo que eles venham a serem cidadãos autônomos e solidários, capazes de se relacionar consigo mesmo e com os outros, reduzindo assim as possibilidades de reincidência de seus atos infracionais.

Entre as diretrizes pedagógicas elaboradas pelo SINASE e de acordo com o mesmo, as ações relacionadas ao atendimento socioeducativo, estão:

- Programas pedagógicos claros e escritos em consonância com os princípios do SINASE;
- Compreender, conhecer o potencial de cada jovem infrator trabalhando e potencializando suas capacidades e respeitando sua condição e seus direitos;
- Garantir a participação e estimular o diálogo permanente entre educadores e os jovens;
- Garantir uma dinâmica institucional, possibilitando a socialização e a construção de saberes entre educadores e a equipe técnica dos programas de atendimento e funcional que proporcione o desenvolvimento da proposta pedagógica;
- Uma prática pedagógica inclusiva, onde a diversidade cultural, igualdade etno-racial, de gênero, de orientação sexual deverá compor os fundamentos teórico-metodológicos do projeto pedagógico dos programas de atendimento socioeducativo;
- Promover meios de ações e atividades programáticas à participação ativa e qualitativa da família no processo sócio educativo, possibilitando o fortalecimento dos vínculos afetivos e a inclusão dos jovens no ambiente familiar e comunitário.

Como parte integrante e precisa do desenvolvimento educacional dos jovens é de suma importância que eles estejam matriculados no ensino regular o que lhes é garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), no ECA, 1990 e pelo SINASE, através da educação formal, garantindo-lhes o direito à educação. Pensando em uma formação não apenas acadêmica, mas também profissional, o SINASE determinou que os jovens em conflitos com a lei, em regime de internação e semiliberdade, teriam o dever de durante o cumprimento de sua medida socioeducativa aprender uma profissão, frequentar um curso que lhes é ofertado através de oficinas profissionalizantes, desenvolvendo nos jovens o seu potencial educativo e profissional, contribuindo para o seu progresso e sua cidadania.

Foi a partir de uma inquietação em compreender o processo educacional em uma unidade de medida socioeducativa, um lugar imperado pelo preconceito e exclusão, composto por indivíduos excluídos da sociedade que decidimos analisar a aplicabilidade das práticas pedagógicas voltadas para jovens infratores, ofertada através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e elaborada na concepção de uma educação inclusiva.

O presente trabalho, portanto, tem por objetivo, analisar a prática pedagógica em uma instituição que atende em regime de internação e semiliberdade, jovens em conflito com a lei. Acreditamos na importância de uma educação voltada para a reestruturação e ressocialização desses jovens, preparando-os em seu retorno ao convívio social, levando-os a refletir o seu papel social como sujeitos que têm direitos e deveres, que devem ser respeitados e seguidos através de ações pedagógicas elaboradas para este grupo.

Procuramos, com este trabalho verificar se as políticas públicas elaboradas pelos órgãos competentes para assistir a este grupo estão em consonância com o que rege em seus documentos ao que se refere às ações pedagógicas, assim como a forma pela qual ela está empregada, levando em consideração os desafios e a realidade do ambiente cultural, social e econômico da unidade.

Durante dois meses realizamos visitas semanais ao Centro Educacional do Jovem (CEJ), fazendo uma análise documental e observando as aulas ministradas por professores da modalidade Educação de Jovens e Adultos, aos jovens que cumprem medidas socioeducativas em regime de semiliberdade e internação.

Para a realização deste trabalho iniciamos com observação assistemática do local, levantando dados do seu ambiente físico, do quadro de pessoal que exerce funções administrativas e pedagógicas, assim como da prática docente dos professores e realizamos a entrevista com a pedagoga que nos acompanhou durante todas as visitas.

A observação é uma técnica que permite a coleta de dados. Ela foi realizada de forma simples, informal e não planejada. Essa modalidade não é indicada para confirmar hipóteses, assim como descrever de forma mais precisa as características dos dados coletados. Mas ela é aceita no meio acadêmico para entender que em certos casos só há condição de realizá-la se for com esta característica: observação não participante. Além do mais, as informações contidas nesse trabalho são de natureza contextual sem fichas ou listas de registros, apenas notas descritivas.

Com relação à entrevista, é um instrumento de coleta utilizado quando há necessidade de esclarecimento acerca de um fato. Ele se caracteriza por permitir um contato pessoal com o entrevistado e por fazer as anotações das respostas.

A seguir mostraremos como funcionam as instituições para menores em conflito com a lei em todo o país, veremos que é um dado alarmante e que precisa ser observado constantemente pelas autoridades e pelos governantes.

2. OS JOVENS INFRATORES E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Os jovens em conflito com a lei que cumprem medidas privativas de liberdade ou de semiliberdade nas unidades de internação de nosso país, são jovens que cometeram atos infracionais graves como homicídio e narcotráfico, que amparados pelo ECA, responderão pelos seus atos, através da aplicabilidade de medidas socioeducativas determinadas pelo Juiz com tempo indeterminado, planejadas para reeducar e ressocializar, a partir de ações pedagógicas elaboradas na concepção de uma educação inclusiva e executada pela EJA.

Vivemos em um país onde existem atualmente mais de 18 mil jovens cumprindo medidas socioeducativas de acordo com o site R7, em regime de internação em todo o país, um número preocupante, pois as unidades de medidas socioeducativas não tem suporte para atender a tantos jovens, tornando assim um ambiente não de ressocialização, mas de revolta levando em consideração a falta de estudo, de atividades físicas e de oficinas que propicie uma qualificação profissional, importante para a autoestima e para a consciência de que é possível uma mudança em sua vida. Na cidade de João Pessoa, no CEJ, existem 117 jovens infratores em regime de internação.

As medidas socioeducativas estabelecidas no ECA em seu artigo 112, preveem:

- Advertência;
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviços à comunidade;
- Liberdade assistida;
- Inserção de regime de semiliberdade;
- Internação em estabelecimento educacional.

De acordo com o site da pastoral do menor têm-se essas seis medidas onde cada uma exerce uma importância para a readaptação na vida do jovem. A Advertência se configura como uma repreensão verbal feita através de um juiz e assinada pelo jovem. A obrigação de reparar o dano acontece quando o socioeducando danifica o patrimônio da instituição e o juiz decreta que o mesmo, compense de alguma forma (indenizando, compensando ou devolvendo), o que foi extraído. A prestação de Serviços à comunidade é um dos meios ao qual o jovem é

obrigado a cumprir, prestando assim algum tipo de serviço à comunidade sem remuneração, podendo, trabalhar em hospitais, escolas, etc. As tarefas não podem ultrapassar oito horas semanais, e não deve prejudicar a frequência escolar.

A liberdade assistida se configura pela liberdade acompanhada, quando o jovem recebe a aplicação da sua medida, porém não precisa se afastar da família, da escola, do lar, permanecendo em seu ambiente, mas acompanhado por uma pessoa designada, podendo ser recomendada por entidades ou programas de atendimento. A semiliberdade disponibiliza ao jovem o direito de sair da instituição para a realização de atividades externas. Neste regime é obrigatória a escolarização e a profissionalização. A internação é uma medida socioeducativa e privativa de liberdade, exclusiva de instituições para jovens e adolescentes em conflito com a lei. O prazo máximo para a permanência de um jovem na instituição é de três anos, ao término poderá ser colocado em liberdade ou liberdade assistida.

Para o adolescente que comete ato infracional grave ou que tenha cometido anteriormente outro ato infracional de natureza médio a grave, aplica-se por determinação do Juiz da Vara da Infância e da Juventude, a medida socioeducativa de semiliberdade ou internação com privação de liberdade, como forma de reestabelecer o seu comportamento ético perante a sociedade.

No CEJ podemos observar o trabalho educativo para colocar em prática a determinação Judicial de aplicar uma medida de conscientização e reeducação contribuindo para que os jovens não voltem a cometer novos atos infracionais, dividindo o trabalho em duas finalidades: a inibição do regresso e a oportunidade de uma qualificação profissional, elementos primordiais no processo de ressocialização dos jovens internos na unidade.

Os jovens que cumprem medidas socioeducativas nas unidades, são em sua grande maioria reflexos da vulnerabilidade social que existe em nossa sociedade, a maioria convive desde o seu nascimento em ambientes propícios à criminalidade e sujeitos à violência, fatores bastante decisivos na formação de seu caráter, muitos são de famílias bastante pobres, que não tiveram acesso à escola por algum motivo e tem na família o seu maior problema, levando em consideração que a maioria tem na mãe o modelo de chefe de família.

Sabemos que existem várias políticas públicas para atender os jovens em conflitos com a lei, porém, os responsáveis de colocar em prática estas políticas

devem intervir nas reais necessidades do socioeducando, investindo e melhorando as condições para um eficaz processo de ressocialização que se baseia em fatores como o estudo, a qualificação profissional, que os capacite para ao término de sua medida socioeducativa o jovem CEJ possa realizar uma verdadeira mudança em sua vida tanto social quanto econômica.

Mas, então, o que diferencia o jovem cumprindo medida socioeducativa do aprisionado? Certamente muitas pessoas confundem a respeito desta resposta. Pois bem, a diferença está na relação entre o ato infracional e a medida de caráter social e educativo imposta pelo judiciário, onde o Juiz leva em consideração a forma mais apropriada do jovem se restabelecer e se reeducar para conviver em uma sociedade, enquanto que o apenado recebe a sentença como uma forma de sofrimento pelo seu crime, através da privação de seus direitos.

Não é objetivo da medida privativa de liberdade a simples punição, levar o jovem em conflito com a lei ao sofrimento e, sim, a prática pedagógica transformadora, mesmo em um local igualitário ao sistema penitenciário, prática questionada por Bazílio “como é possível pensar em processo educacional em estabelecimentos cujo objetivo é precisamente a tutela, o controle dos tempos e corpos?” (2003, p.46).

Tendo desta maneira as medidas duplo caráter que estaria relacionado à punição e à condição para que esses jovens não reincidam, não voltem a cometer novos atos infracionais, o que seria a real finalidade das medidas socioeducativas.

3. O PERFIL DOS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI DO CEJ

Protagonistas de uma realidade alarmante em nosso país, os jovens que cumprem medidas socioeducativas no CEJ, compreendem a faixa etária entre 18 e 21 anos de idade, egressos do CEA, que são amparados pelo ECA, em sua excepcionalidade na Lei 8069/1990, como se pode observar:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um ano de idade.

Fica determinado que estes jovens apesar de serem maiores de idade, perante a lei, não responderão processos com base no Código Penal Brasileiro, uma vez que seu ato infracional foi cometido durante sua adolescência e tem seus direitos e deveres regidos pelo ECA, ofertando o direito de indiferente da gravidade de seu ato, sujeito aos princípios da brevidade e excepcionalidades, as medidas socioeducativas deverão ter sua duração entre seis meses e o limite máximo de três anos, sendo o jovem infrator reavaliado a cada seis meses, sendo compulsório a sua saída ao completar 21 anos, salvo se cometer algum outro ato infracional considerado de médio a grave, durante o período da sua internação ou cumprimento de sua medida socioeducativa determinada pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude. O principal objetivo das medidas socioeducativas é a prática pedagógica, que deve ser priorizada nas unidades, como afirma o artigo 123 e 124 como podemos observar:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: XI - receber escolarização e profissionalização; XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer:

Por serem amparados pelo ECA estes jovens não podem em hipótese alguma ser comparados a apenados, pois perante a Lei 8069/1990 eles não são presos e não cometeram crimes, afinal são pessoas incapazes perante o ECA ficando apenas a responderem pelos seus atos, apenas a aplicação de medidas socioeducativas,

que lhes garantam uma ressocialização e reeducação em seu retorno a vida em sociedade.

Dos jovens em conflito com a lei atualmente assistidos pela unidade, existe uma preocupação pelo grande número de regressos após o cumprimento de suas medidas, em sua maioria os jovens ao cumprirem as medidas socioeducativas e receberem o alvará de soltura determinado pelo Juiz, ao retornarem para suas casas voltam a cometer atos infracionais, o que nos leva a reflexão sobre o trabalho educativo que está sendo oferecido na unidade, como também a buscar respostas pelo fascínio do jovem no mundo do crime. Certamente a desestrutura familiar tem seu papel neste regresso, assim como a falta de oportunidade de estudo e emprego, fatores decisivos na formação de um cidadão.

As famílias dos jovens também são assistidas durante todo o processo de cumprimento das medidas socioeducativas, por assistentes sociais, acompanhamento psicológico e jurídico, levantando a autoestima principalmente das mães que são obrigadas a acompanhar todo o processo de seus filhos, pois se leva em consideração que eles são menores e necessitam do acompanhamento dos pais ou responsáveis legais.

Pensando em uma forma de melhorar a qualidade das medidas socioeducativa o SINASE, em consonância com o ECA, entendeu que era necessário constituir alguns parâmetros que pudessem direcionar a natureza pedagógica da medida educativa a ser estabelecida aos jovens que cometem atos infracionais, destacando eixos que garantam espaço físico adequado para a prática educativa, profissionais da educação para ministrar as aulas e oferecer suporte administrativo, entre outros, como podemos analisar nos eixos de suporte educacional e pedagógico e no eixo educação, como garante o Plano Nacional de Atendimento ao Socioeducando:

- Garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura no centro de internação e na articulação da rede, em meio aberto e semiliberdade.
- Garantir o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo. (SINASE)

Atualmente o CEJ de João Pessoa, de acordo com que nos foi informado, possui 117 internos cumprindo medidas socioeducativas. Eles podem permanecer na unidade no mínimo por seis meses a no máximo três anos, com um tempo para

ser ouvido pelo juiz que é de até quarenta e cinco dias. Ao passar deste período, a família pode recorrer a um advogado e conseqüentemente, retirar o jovem da instituição. Com estilos de família variados, o perfil dos jovens do CEJ se mescla, pois alguns possuem famílias estruturadas que anseiam o filho de volta ao lar e não se desvinculam deles, chegando a alguns momentos de visitas onde é presenciada a família completa. Alguns têm famílias desestruturadas onde nota-se a falta de integrantes da família e outros membros familiares vivem também em situações iguais ou piores que o jovem que está cumprindo medida. A maioria dos internos é de família pobre e extensa, havendo também jovens de família com condições financeiras melhores, não chegando a ser rica.

Os tipos de crimes são muito variados e em primeiro lugar encontra-se o homicídio, seguido do envolvimento com drogas. Estes dois são os mais cometidos dentre os jovens que ali se encontram. Adiante está o roubo e, logo em seguida, o estupro, porém este último não tem muitos casos, mas existe.

Adentrando na parte educacional, os jovens do CEJ, estudam por ciclos na modalidade de EJA, e eles são muitos diversificados no grau de escolaridade, existindo em sua maioria jovem analfabeto, outros que sabem ler e escrever e a minoria estão no ensino médio.

4. FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ALICE DE ALMEIDA (FUNDAC)

A Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida, é um órgão público do estado da Paraíba, responsável pela gestão da política de atendimento socioeducativo de jovens e adolescentes em conflito com a lei. Trabalha a partir das leis do ECA, aplicando medidas de privação ou restrição de liberdade.

Originou-se nos anos 60, com o nome de Departamento do Menor, da Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS), mas com a vigência do ECA a nomenclatura foi novamente alterada, e em 1975, através da lei 3.815 foi denominada FEBEMAA Fundação Estadual do Bem Estar do Menor “Alice de Almeida”. Através da lei 5.743 em 1993, a denominação foi novamente alterada para a nomenclatura atual com o nome de FUNDAC, que tem como objetivo gerir uma política de atendimento socioeducativo, para que possa inserir os jovens e adolescentes em conflito com a lei novamente na sociedade, partindo do pressuposto da ressocialização de cada um. A FUNDAC conta com algumas estratégias para que sua missão seja cumprida tais como: disposição governamental em coordenar as ações de ressocialização de adolescentes e jovens; desempenho de atividades exclusivas na Paraíba de medidas socioeducativas de internação e foco nas ações de resgate de Juventude.

Suas ações para uma possível ressocialização são fundamentadas em leis e decretos, como o ECA, SINASE, LDB e etc. Tem por finalidade a garantia do atendimento de jovens e adolescentes em conflito com a lei através da internação provisória por medidas socioeducativas; promoção da prática de atividades culturais, esportivas e de lazer; garantia do atendimento psicológico, médico e odontológico; qualificação profissional de jovens e adolescentes e seus familiares; garantia da defesa do adolescente; integração dos jovens e adolescentes a sua família, para poder fortalecer o vínculo entre ambos, busca da redução nos índices de violência no estado; reinserção do adolescente em seu meio de convivência, partindo de novas posturas e comportamentos sociais; e fortalecimento da formação dos recursos humanos.

Os atendimentos realizados nas instituições responsáveis pela FUNDAC são a educação formal, que é o ensino regular realizado pela EJA; educação

profissionalizante responsável pelas ações de qualificação profissional; atividades de arte e cultura que são realizadas através de oficinas, projetos especiais, comunicação social e eventos; programa de esporte e lazer que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida, auxílio no desenvolvimento físico e a socialização dos adolescentes em cumprimento de medida, mais ainda, é fundamental o desenvolvimento de competições saudáveis, respeito ao próximo e etc. Esta prática trabalha em conjunto com todas as outras práticas já citadas, pois é uma metodologia educacional e inclusiva, que possibilita ao adolescente em conflito com a lei, uma postura diante da sociedade. O programa de saúde visa um atendimento em tempo integral, de acordo com as necessidades de cada indivíduo e as transformações que a faixa etária proporciona quanto às físicas, mentais ou emocionais. As ações de segurança são realizadas através da coordenação de segurança do estado, onde acompanham os adolescentes desde a entrada das unidades de internação até a chegada à equipe técnica de apoio à família juntamente com sua saída.

5. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com a revista online HISTEDBR de 2010, em 1834, a partir do ato constitucional, era de responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária das pessoas, mas especialmente dos jovens e adultos e que tinha, como caráter um princípio missionário. A educação deste povo era um ato de caridade em que as pessoas que sabiam ler e escrever oferecia para as que não sabiam. Com isto a educação foi ficando mais excludente e restringia principalmente à classe pobre. De 1879 a 1891 houve um período onde o analfabeto era tratado como dependente e incompetente, limitando o poder de voto às pessoas letradas, já que os analfabetos eram considerados como incapazes de pensar por si próprio, gerando assim exclusão e preconceito que, logo mais, veio piorar a situação restringindo o voto a pessoas com posses e letradas.

No início do século XX, a meta era abolir de vez o analfabetismo e em consequência disso houve uma mobilização social que definiu culpar as pessoas analfabetas por suas condições de não aprenderem a ler e escrever. Já em 1915, foi elaborado a Liga Brasileira de Educação (ABE), que tinha como proposta a culpa pelo analfabetismo, onde este virou sinônimo de doença contagiosa, porém era preciso alfabetizar, por questões políticas e econômicas, pois o país dependia do trabalho do indivíduo em nome do progresso que agora era não só agrário, mas também exportador.

Na década de 30, surge a Escola Nova que veio modificar o sistema anterior para poder auxiliar o educando de maneira mais convincente e com novos métodos, com a contribuição das ideias de Anísio Teixeira. Em 1934, foi originado o Plano Nacional de Educação (PNE), que previa o ensino primário integral aos jovens e adultos. Com esta lei, este foi o primeiro ato a favor da EJA, deixando de ser um ato de caridade passando a ser um ato de leis consagradas. Logo mais em 1938, foi elaborado o Plano Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que era uma instituição de pesquisa e estudos em prol da educação. Em 1942, foi elaborado o Fundo Nacional do Ensino Primário, que tinha como meta a inclusão do ensino supletivo a modalidade jovem e adulta e, em 1945, este fundo foi aprovado e com 25% de recursos a favor da educação dos mesmos.

Em 1947, surge o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como objetivo a reorientação e coordenação dos planos anuais do ensino supletivo para

jovens e adultos que durou até o final da década de 50, com um método bastante precário, pois se utilizava de material com pequenas frases e textos sobre comportamento moral e informações de saúde, higiene e técnicas de trabalho.

Ao término da segunda guerra mundial em 1945, o que mais se importava era a educação e seus programas que formavam muito mais gente, porém, sem qualidade alguma, até pela questão do voto, pois, como já foi mencionado, só votava quem fosse alfabetizado. O voto era preciso, por isso foi imposto uma educação em massa, com métodos inapropriados e excludentes, e ainda com formadores que não precisavam de formação especializada, apenas poderia ser alfabetizada, exercendo um papel de voluntário. Já em 1952, foi elaborada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que teve o intuito de acolher a população da zona rural.

Ao fim da década de 50 e início da década de 60, houve uma grande mobilização em todo o país a favor da educação de jovens e adultos que objetivavam o valor da cultura de cada indivíduo e a cultura popular. Dentre muitos movimentos, alguns foram: Movimento da Educação de Base (MEB), coordenado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), coordenado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Campanha de pé no chão também se aprende a ler, em Natal. Esses programas tiveram uma influência enorme da pedagogia freiriana que tinha como base identificar o analfabetismo não como uma condição de pobreza, mas, sim, efeitos de uma sociedade injusta.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização criado pela Lei nº5379 de 15 de dezembro de 1967, conhecido como Fundação MOBRAL, fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial, visava atender aos anseios da ditadura militar, com a finalidade de atendimento as necessidades de estado autoritário, propondo princípios opostos aos de Paulo Freire. Este projeto convocou a população a fazer sua parte. Muitos recursos foram direcionados ao projeto MOBRAL. Em suma, eles recrutavam alfabetizadores sem muitas exigências, não necessitava de grau de escolaridade superior. Este projeto foi extinto em 1985, e o método não era confiável pois as pessoas que foram alfabetizadas por ele depois de um tempo demonstravam dificuldade de ler e escrever.

A importância do movimento pela educação destinada a jovens e adultos, firma-se na possibilidade de construção e resgate da cidadania por uma parcela da

população que não teve acesso à escola no momento devido desde a infância. De acordo com a Constituição Federal de 1988 é responsabilidade do Estado oferecer gratuitamente o ensino fundamental a jovens e adultos que, seja por condição de vida ou de trabalho, estiveram impossibilitados de concretizar os estudos em idades regulares. O legislador, nesse caso, visou estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola.

Em 2002, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, surgiu o programa Brasil Alfabetizado. Esse projeto tinha como objetivo o fim do analfabetismo na sociedade e a criação da mão-de-obra qualificada em um curto espaço de tempo. A educação não visa somente à alfabetização dos indivíduos, contribui também, na capacitação profissional de modo a incluí-los num contexto social, abrangendo e beneficiando o país no exercício da cidadania.

Um dos grandes desafios que enfrenta a educação brasileira, é o da implementação de uma política de promoção ao acesso e qualidade, que possa atender a todos os alunos, sem qualquer tipo de discriminação, onde seja valorizada as diferenças, fator decisivo no processo educacional, ultrapassando barreiras e dando uma participação igualitária, no que se refere às oportunidades oferecidas a todos os sujeitos, principalmente àqueles atendidos pela EJA, que é planejada na perspectiva de atender aos excluídos, inferiorizados utilizando-se de uma prática voltada para diversificação do currículo.

Pelo fato de atender a um público flutuante, a EJA é por sua prática informal uma modalidade que enfrenta a uma situação desfavorável quanto a sua aplicabilidade pelos padrões de estabilidade e permanência de turmas diferentes dos padrões normais, como as existentes nas salas regulares.

A EJA é organizada em três âmbitos: o individual, o profissional e o social. O âmbito individual visa à busca do potencial pleno e do desenvolvimento da capacidade de modo a induzir o sujeito a conhecer melhor algumas características pessoais sobre o mundo. No âmbito profissional, a finalidade é adequar da melhor forma possível aquele indivíduo para atuar em sociedade, assim como se atualizar sobre as novas tendências que envolvem a sua profissão. Por fim, o âmbito social visa adequar e capacitar este indivíduo da melhor forma possível para a vida em sociedade de modo pacífico e participativo. A função destes três âmbitos refere-se

ao próprio desenvolvimento amplo do ser humano seja para a vida em comunidade, seja para o mercado de trabalho, seja para o desenvolvimento pessoal.

Aos jovens que cometem atos infracionais estimulados pelo mundo do narcotráfico, pela vida fácil ou até mesmo pela personalidade violenta, e após processo judicial serem considerados culpados, são aplicadas medidas socioeducativas, impostas na Lei 8069/90 do ECA, que garante proteção integral a toda criança e adolescente.

O que muitos não sabem, é que o ECA tanto protege quanto pune, responsabilizando com punições previstas no ECA o adolescente pelo seu ato, por um período indeterminado que irá depender do desenvolvimento educativo e social do infrator.

Mas o que é medida socioeducativa? Quais seus objetivos? Como é aplicada? Estas são as perguntas sobre o desafio de reeducar para ressocializar.

A educação é um instrumento para a liberdade, para a autonomia do homem, muito bem refletida por Freire em seu livro, “Educação como Prática da Liberdade”, onde o autor faz uma reflexão para a necessidade de uma educação voltada para o humanitário, para o diálogo e uma atenção para os excluídos da sociedade, acreditando na esperança de um mundo mais igualitário.

É na aplicação das medidas socioeducativas que a educação tem o papel significativo, de uma educação cidadã e libertadora, objetivando a transformação e reeducação dos jovens, fazendo da prática pedagógica, uma reflexão sobre as consequências de seus atos e a busca por uma transformação de seus problemas sociais e afetivos.

É na modalidade de educação EJA, que se aplicam as práticas pedagógicas nas unidades de internação para jovens infratores, pelo fato de em sua maioria, os jovens estarem em idade que não corresponde a sua idade escolar regular, como também pelo fato de muitos destes jovens não estarem na escola, sendo protagonistas de uma realidade de nosso país: a baixa escolaridade.

A educação nas unidades acontece em consonância com as determinações do ECA, que estabelece que seja aplicada aos jovens que cumprem medidas privativas de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, o desenvolvimento peculiar de seu desenvolvimento, determinado em seu artigo 121 ,

como o direitos que eles tem de receber a escolarização e profissionalização determinado no artigo 124.

- XI - receber escolarização e profissionalização;
- XII- realizar atividades culturais, esportivas e de lazer:

Além do ECA, outro órgão também regulamenta a importância da prática pedagógica como forma de ressocialização, que é o SINASE, que garante que os planos de atendimentos socioeducativos obrigatoriamente deverão articular ações para as áreas de educação, favorecendo o desenvolvimento dos socioeducandos.

As práticas pedagógicas realizadas nas unidades determinado pelo ECA e pelo SINASE, é dever do Estado e acontece semelhante às realizadas nas escolas regulares, com algumas exceções, como o período das aulas que geralmente são mais curtos devido a segurança.

Outra exigência determinada pelo SINASE está relacionada com o espaço físico, que segue as mesmas exigências que qualquer outra escola. É direito do jovem infrator que o local onde se realizam as práticas pedagógicas corresponda às exigências mínimas de funcionamento, zelando pelo bem estar dos socioeducandos.

Para Costa (2001), é de suma importância a criação de espaços tanto físico para que possa garantir um melhor desenvolvimento da aprendizagem, como o espaço de construção de seu conhecimento, levando os jovens a refletirem através da educação a uma nova oportunidade que lhes é ofertada.

Assim como diz Freire (1983):

o homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e como pode fazer esta autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. (P.28)

Neste processo de reeducação que acontece com os jovens internos, a EJA representa o desejo de uma educação para a cidadania, com a finalidade de desempenhar um trabalho pedagógico capaz de desenvolver a autonomia, promover a dignidade tentando diminuir ou solucionar os problemas de educar em local onde impera a exclusão e opressão.

6. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No histórico da educação inclusiva no Brasil são notórios os fracassos e as conquistas que se deram de forma gradativamente, até chegar aos dias atuais, onde muito já foi feito, porém ainda é preciso quebrar várias barreiras. Ao longo do percurso, de acordo com Sasaki, no século XVII e XVIII que foram marcados pela ignorância da família, escola e comunidade passando para estas pessoas o preconceito da época, que mesmo com todas as dificuldades e preconceitos ainda enfrentavam os apelidos errôneos, tais como: aleijados, débeis, anormais etc. Em meados do século XIX, chega-se a fase de instituições especializadas, pois a sociedade deveria ser privada da presença da pessoa com deficiência, oferecendo a elas uma educação fora da escola. Já no século XX, onde a educação inclusiva é vista de certa forma com mais humanismo, é a época onde se percebe criticamente as práticas existentes na educação especial com isso gerando alguns conflitos para a melhoria da educação da pessoa com deficiência que gerou uma exclusão no âmbito escolar dessas pessoas. Ao final do século XX, mais uma conquista foi realizada: os movimentos sociais, políticos e educacionais chegaram aos dias atuais demonstrando o avanço que a educação especial vem tendo. E na educação não é diferente com equipamentos adaptados, salas de recursos, etc, embora ainda existam lutas para concluir o trabalho e garantir os direitos da educação inclusiva, mas o caminho está trilhado e será conquistado aos poucos.

A educação inclusiva tem como significado a valorização de cada indivíduo de acordo com suas particularidades, permitindo que ele possa ter uma educação de qualidade, abrangendo todos os aspectos. Em geral, a educação que tem por modelo a inclusão visa uma ressignificação do espaço escolar, permitindo interações através da metodologia, para trazer uma nova perspectiva ao educando no seu processo de ensino-aprendizagem.

A interação entre escola, comunidade e família tem como objetivo agrupar os alunos assistidos pela educação inclusiva num espaço considerado participativo e eficaz, pois o ser humano necessita dessa ligação para manifestar suas alegrias e angústias, de forma que possibilite o aprendizado juntamente com seus erros, capaz de permitir um aprendizado de valores. Para a elaboração de uma prática é preciso sair do cotidiano da sala de aula e entrar num plano com dinamismo, para que

interajam com o que está sendo ensinado a elas, implicando assim num ensinamento com significado, permitindo aprender com erros e com acertos.

A escola tem o papel de preparar o aluno para ser um cidadão futuramente crítico. Hoje em dia a educação de qualidade não está ao alcance de todos, principalmente as pessoas marginalizadas pela sociedade, que sofrem com a falta dela. A educação inclusiva possibilita não só a inclusão das pessoas com deficiências, mas também as pessoas excluídas pela sociedade através da educação para todos, que é o objetivo do governo: levar a todas as pessoas uma educação de qualidade, do Norte ao Sul do país.

Sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudável. (SASSAKI, 2006; p. 168).

A inclusão vai mais além de espaços físicos. Ela deve assegurar permanência a todos os ambientes e condição moral de forma igualitária a todo o indivíduo que se julga marginalizado por uma sociedade excludente. De acordo com as leis existentes no país, todas as pessoas são membros integrantes da sociedade, com direitos e deveres a serem cumpridos, independentemente de cor, raça ou sexo, ou seja, a inclusão agrupa num só espaço pessoas que se sentem marginalizadas, com seus direitos violados e sofrem algum tipo de preconceito, por uma sociedade que não respeita sua particularidade muito menos a sua diferença.

Em favor disto a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005 mencionou seu novo conceito sobre a inclusão que engloba todos estes paradigmas que norteiam a educação inclusiva, citado por Sasaki (2006, p. 170).

Sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidade cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência do direito.

Com isso, é interessante observar que a educação inclusiva a cada dia renova seus conceitos, possibilitando um entendimento maior e conseqüentemente abrangendo mais pessoas excluídas pela sociedade.

Antigamente, a educação inclusiva estava voltada apenas aos grupos de educação especial, porém agora com a declaração da UNESCO (1994), vai mais além, incluindo também outros grupos que não são aceitos perante a sociedade. Como o próprio nome é mencionado, a educação inclusiva possibilita a inclusão tanto nas escolas e trabalhos, como na sociedade e em tudo o que ela oferece. Um exemplo de atividades oferecidas é o lazer e a educação que precisa, de certa forma, ser garantida para aqueles que são marginalizados.

O Brasil tem todas as ferramentas para se transformar num país com igualdades sociais e raciais, mas ele prefere ficar na desigualdade que possibilita a imposição de uma educação inclusiva e, por ser imposição, as pessoas tendem a contrair-se e rejeitar, até pelo tempo de alienação sofrido pela sociedade brasileira, para se tornarem obedientes ao governo. Com isso, a população se origina, em sua maioria, pobre e sem nenhuma estrutura.

Mas, mesmo assim, o Brasil tem proposto saídas para resolver a situação educacional dos jovens que, por algum motivo, não concluíram o ensino fundamental. Dentre elas a criação do ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, com a Lei 11.129, de 30 de Junho de 2005. Esse programa é voltado ao atendimento de jovens de 18 a 24 anos, tendo sua expansão se dado mais efetivamente no Norte, Nordeste e Sudeste do país. No entanto, o que se tem verificado é que há obstáculos para sua implantação, pois não há investimento suficiente para atender com qualidade os jovens que, por diversas situações de exclusão, se encontram privados de liberdade, necessitando de um atendimento educacional especial oferecido pelo estado ou município.

7. DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Com a finalidade de coletar dados a respeito do local onde realizamos a pesquisa da prática pedagógica desenvolvida pelos educadores, usamos o instrumento da observação e o da entrevista.

Foram realizadas visitas semanais durante três meses, ocasião em que anotávamos aspectos relevantes que pudessem contribuir para a elaboração de nosso trabalho realizado no CEJ, uma unidade de medidas socioeducativas para jovens na faixa etária de 18 a 21 anos de idade, localizada na Avenida Santa Bárbara, s/nº no bairro Cidade Universitária, em João Pessoa (Figura 1).

O CEJ foi inaugurado com a finalidade de atender o Jovem infrator, transferidos do CEA por completarem a maioridade e terem medidas socioeducativas a serem cumpridas.

Figura 1. **Prédio do Centro Educacional do Jovem.**



Fonte: Acervo do CEJ.

A estrutura arquitetônica do prédio é simples, algumas dependências não foram nos apresentadas por motivo de segurança. O prédio localiza-se no mesmo espaço territorial que o antigo CEA que recentemente mudou de localização. O prédio é composto por:

- Guarita com banheiro, que é o acesso principal da instituição onde ficam os agentes responsáveis pela entrada e saída das pessoas autorizadas a

circular entre as unidades tanto do CEJ, quanto do antigo Centro de Atendimento ao Adolescente (CEA) e onde atualmente ficam os adolescentes esperando a sua punição ou absolvição Judicial.

- Recepção, ambiente com armários para guardar os pertences das pessoas, para apresentar os documentos pessoais de todos os que adentram no CEJ.
- Setor Administrativo, onde trabalham as secretárias executando os serviços burocráticos;
- Sala de direção e vice – direção, composta por uma área que não é muito grande e ficam instalados nela o diretor e seu vice, existindo dois birôs com um computador e um notebook;
- Secretaria, que é um ambiente com, também, dois birôs, computador e impressora e armário para alguns arquivos impressos;
- Sala para revista, com separação para revista feminina e masculina, assim como revista para os objetos trazidos para os jovens;
- Sala das oficinas, onde ficam os objetos utilizados nas oficinas pedagógicas; Banheiros;
- Sala da assistente social que é bastante pequena e onde as assistentes atendem as famílias e os jovens;
- Sala da psicóloga para atendimentos aos jovens e, quando necessário para o atendimento as suas mães ou responsáveis;
- Sala da defensoria, onde trabalha o advogado responsável pelos processos dos jovens;
- Sala das pedagogas, é um ambiente simples, com um birô e outra mesa instalado o computador, com armário que guardam os materiais usados nas oficinas e, como decoração, os objetos feitos pelos jovens durante as oficinas, todos de material reciclado.
- Sala de enfermaria, com um pequeno armário onde possui algumas medicações para primeiros socorros e trabalham duas enfermeiras em turnos matutino e vespertino;
- Sala do médico, que não nos foi apresentada, mas informaram sua existência;
- Almoxarifado e arquivo;
- Cozinha, que não nos foi apresentada, porem certamente existe.

- Refeitório, local amplo e limpo onde é fornecida tanto as refeições dos jovens, como a dos funcionários;
- Campo de futebol, local grande, porém sem maiores cuidados, é em terra, sem nenhuma grama, o que possibilita o alagamento nos períodos chuvosos, possui duas traves.
- Salas de aula; são ambientes pequenos e com pouca ventilação, com cadeiras escolares com apoio (de braço), mesa para o professor e lousa branca. Assim como em toda a instituição, o piso é de granito e um ambiente higienicamente limpo;
- Quadra coberta, onde são realizadas as atividades de oficinas e palestras, assim como o encontro dos jovens com seus familiares e amigos.

Percebemos que o ambiente de trabalho é muito harmonioso, onde há respeito e ética entre os funcionários. Fica claro que a ética possibilita um bom funcionamento da empresa e de sua equipe, por isso, tendo a favorecer um ambiente de respeito e companheirismo.

A equipe de funcionários é composta por:

- 01 Diretor que exerce a função de administrar e organizar a instituição adequadamente, tomando algumas decisões quando for preciso, de acordo com cada situação;
- 01 Vice- Diretor que auxilia o diretor em todas as funções citadas acima e na ausência do diretor ele assume a instituição inteiramente;
- 03 Psicólogos que estudam e avaliam o desenvolvimento emocional social dos jovens e ainda a sua adaptação social.
- 03 Assistentes Sociais
- 05 Pedagogas que auxiliam na formação tanto escolar quanto familiar, conduzindo os jovens para a cidadania tanto dentro como fora da instituição;
- 03 Enfermeiros que são responsáveis pelos cuidados a pacientes que não exijam cirurgia ou risco de vida;
- 68 Agentes Penitenciários que são responsáveis pela segurança do local, funcionários e dos jovens que estão cumprindo medidas;
- 04 Cozinheiros que são responsáveis por fazer a comida dos jovens;

- 02 Defensoras Públicas que realizam as funções de orientação e defesa dos direitos e interesses dos jovens diante do juiz;
- 01 Médico para auxiliar nas doenças ou ferimentos que possam ocorrer durante o internamento;
- 04 Oficineiros que auxiliam nas atividades extraclasse, tal como percussão.

Cada um exerce funções específicas que possibilitam um trabalho mais focado para o bom funcionamento da unidade. Apesar de a direção nos afirmar existir atendimento médico na unidade, durante nossas visitas não percebemos se houve algum atendimento, e nem tivemos a oportunidade de ver a presença deste profissional. Com um trabalho integrado e de complemento, onde todas as funções são importantes e se entrelaçam ao longo do tempo, é importante ressaltar que o trabalho de ressocialização dos jovens é elaborado em conjunto, onde cada profissional tem participação direta ou indireta. É um trabalho contínuo que necessita a cooperação de todos, principalmente do jovem que precisa querer esse atendimento, essa ajuda.

As práticas pedagógicas da unidade são ministradas por uma equipe de professores da Escola Estadual Almirante Saldanha, localizada no próprio prédio do CEJ e ela trabalha na modalidade de EJA. No ano de 2013, atendeu a 109 alunos que cumpriam medidas em regime de internação, apresentando a distribuição de matrículas da seguinte maneira:

Quadro de quantidade de alunos em cada ciclo.

CICLO I	08 ALUNOS
CICLO II	21 ALUNOS
CICLO III	50 ALUNOS
CICLO IV	21 ALUNOS
CICLO V	09 ALUNOS

Fonte: Arquivo do CEJ

Como podemos observar, o currículo escolar é separado em ciclos, divididos em períodos de seis meses, levando em consideração que os jovens internos têm a cada seis meses uma reavaliação de sua medida socioeducativa.

A escola é composta por seis salas de aula, (Figura 2) pequenas, com agentes penitenciários em cada porta, para manter a segurança tanto dos

professores, quanto a dos próprios alunos, pois geralmente eles brigam entre si, por questões de facções rivais.

Figura 2. Sala de aula



Fonte: Acervo do CEJ

A escola trabalha seus conteúdos pedagógicos para os jovens em consonância com o **Projeto Pedagógico Ler, Fazer e Aprender**, incluindo as especificidades dos socioeducandos, realizando suas práticas pedagógicas de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino, exceto nas quartas - feiras, pois é de reserva para visitação dos seus familiares. As aulas são realizadas nos dois turnos por causa da rivalidade existente entre os jovens s cioeducandos, que são separados pelas facções criminosas a que pertencem. Percebemos, então, que impera a violência tanto fora como dentro das unidades, provocada, no caso, pelas facções AL-KAEDA E ESTADOS UNIDOS.

Porém, a direção não soube informar a quantidade de alunos matriculados em cada turno, mas nos informou que havia esta separação apenas pela existência de rivalidade entre eles e também não foi informado o número de professores que trabalham na escola, ministrando as aulas, apenas informaram que eles tem a quantidade de disciplinas igual a toda escola estadual, com exceção da inclusão digital.

Um fato muito curioso que nos foi informado é que nenhum aluno matriculado é reprovado. As pedagogas disseram que era por motivo de temerem possíveis desentendimentos com os jovens, tentando assim um relacionamento harmonioso.

Os jovens internos têm acesso à biblioteca, (Figura 3), bastante pequena e localizada em uma sala de aula precisando melhorar seu acervo, como também ter um profissional com formação em Biblioteconomia para auxiliá-los nas pesquisas.

Figura 3. Biblioteca.



Fonte: Acervo do CEJ.

As aulas de Educação Física são ministradas na área externa onde existe uma quadra coberta (Figura 4) e no campo de futebol da unidade destinado aos jogos e lazer dos jovens (Figura 5).

Figura 4 Quadra Coberta



Fonte: Acervo do CEJ

Figura 5. Campo.



Fonte: Acervo do CEJ

Apesar de ser uma prática pedagógica bastante importante em nossa sociedade atual, a inclusão digital, os jovens internos na unidade não tem esse acesso. É declarado pela equipe, que por motivos de segurança, o acesso à internet

é negado. Assim, nos leva à reflexão que, os alunos perdem conhecimentos a outras fontes de informação, como terem aulas de programas de informática, ou seja, o Word, Windows, Excel, Power point, entre outros, bastante importante para a sua inserção na carreira acadêmica e profissional, sem colocar em risco a segurança da unidade, bastando sua aplicação por parte dos profissionais ser exercida com responsabilidade.

O ambiente onde acontecem as aulas é limpo, bem iluminado, porém sem muita ventilação, por ser um local fechado. A segurança é feita na porta de cada sala com a permanência constante de agentes penitenciários, que regulam a entrada e a saída deles para os outros locais da unidade e, principalmente, para evitar o encontro de equipes de facções rivais assim como, também, zelar pela segurança dos professores e demais funcionários.

Durante as visitas que fizemos às salas de aula, observamos a relação de respeito dos jovens com seus professores. Eles assistiam às aulas em silêncio, tranquilamente. Recordamos que, no primeiro encontro, eles nos receberam muito bem, foram bastante receptivos, o que tornou o clima menos tenso, pois as aulas são ministradas em um ambiente totalmente fechado, com constante vigilância. Durante nossos encontros em sala de aula, eles perguntaram se iríamos ministrar aulas também. Os funcionários nos alertaram que eles são bastante inteligentes, percebem quando estamos receosos, talvez por viverem em um mundo de exclusão, acreditamos que eles leem nosso olhar, e percebem nosso medo.

O jovem que cumpre medidas socioeducativas tem o dever segundo as normas do SINASE (que tem por objetivo o cumprimento das normas pedagógicas das medidas socioeducativas e seus embasamentos no ECA), de concluir durante sua internação um curso de qualificação profissional.

Pensando neste trabalho, são ofertadas aos jovens socioeducandos oficinas pedagógicas que garantirão esta qualificação, durante todo o ano letivo. A FUNDAC e a diretoria da unidade trabalham em favor das oficinas (Figuras 6, 7 e 8).

A oficina é um espaço de conhecimento onde é permitido que o indivíduo aprenda de maneira dinâmica e de várias formas, através de sociodramas, rodas de leitura, análises de conhecimentos específicos, etc. Elas são baseadas na perspectiva de Paulo Freire, onde ele enfoca que ninguém aprende sozinho ou possui o conhecimento para si, todos são capazes de aprender, o aluno aprende

com o professor e conseqüentemente o professor aprende com o aluno, é uma relação de conhecimento, tornando as oficinas um espaço de interação com trocas de saberes. A metodologia sugerida às oficinas pedagógicas é resgatar um conhecimento baseado no dia-a-dia, unindo teoria e prática de acordo com a vivência do aluno, propondo que tenham um aprendizado em conjunto. As oficinas são momentos mais descontraídos que as aulas de ensinos regulares, por esta razão são mais aceitas pelos alunos em todos os âmbitos de modalidade, tais como, ensino infantil, EJA, ensino médio, dentre outros, talvez pela sua dinamicidade e sua realidade como prática. As oficinas pedagógicas têm uma ação educativa muito importante, pois ela aguça no indivíduo processos como sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação e avaliação, que através deles são permitidos aos alunos a construção do seu conhecimento, tornando-se um sujeito ativo na sua aprendizagem.

“A metodologia da oficina pedagógica se coloca como participativa criadora, coletiva e crítico-reflexiva, através de um jeito novo do fazer educativo, onde este aconteça num espaço de ação, reflexão e ação, articulando o cotidiano e a história”.(FIGUEIRÉDO, s/d)

Os benefícios que as oficinas pedagógicas proporcionam ao indivíduo são permanentes por toda a vida, pois é através dela que é trabalhada a timidez e a autoestima, e ainda a emissão da opinião de maneira objetiva, que por sua vez, tem caráter importante na formação do indivíduo, pois é através de sua opinião que o sujeito é construído. No último ano letivo foram ofertadas aos jovens, as oficinas do “Projeto Sinalizando Vidas” que, em parceria com o Detran, tinham o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, tentando uma forma de inserir os jovens em conflito com a lei no mercado de trabalho, como preconiza o SINASE. Nas oficinas foram realizadas as atividades com embasamento nos quatro pilares da educação:

- **Aprender a Ser:** Trabalhando o autoconhecimento, a sua identidade, a autoestima, a autoconfiança, relações interpessoal e ética;
- **Aprender a Conviver:** Trabalhando com os valores, princípios e regras que orientam a vida em sociedade;
- **Aprender a Conhecer:** Aprendendo os conhecimentos necessários, interesse na aprendizagem contínua;

- **Aprender a fazer:** Despertando o interesse em fazer, colocar em prática os conhecimentos teóricos, desenvolvendo uma formação técnica profissional.

Elas tiveram, pois, a oportunidade de garantir uma qualificação profissional: a de confeccionar placas de automóveis.

Figura 6. Oficinas pedagógicas.



Fonte: Acervo do CEJ.

Figura 7. Oficinas Pedagógicas.



Fonte: Acervo do CEJ

Figura 8. Oficina Pedagógica.



Fonte: Acervo do CEJ.

Durante o mesmo ano, a unidade ofereceu oportunidade aos seus jovens, de frequentarem um curso de Pintor de Obras oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ministrado pelos professores

do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com duração de cinco meses, onde 32 alunos se matricularam, 22 concluíram o curso e 2 foram inseridos no mercado de trabalho após o término do curso e de sua medida socioeducativa, alcançando o objetivo esperado pelo SINASE, de oferecer um aparato profissional aos jovens após o cumprimento de sua medida socioeducativa, dando-lhe oportunidade de uma profissionalização, nos levando a uma reflexão sobre o pensamento de Freire (1978) que “o que importa realmente ao ajudar o homem é ajudá-lo a ajudar-se. É promovê-lo. É fazê-lo agente de sua própria recuperação”, onde se busca prepará-los para uma vida distante da criminalidade e o fortalecimento de sua autonomia.

Freire (1983), afirma que a educação é a função geradora de uma sociedade melhor onde todos somos responsáveis e temos papel fundamental no progresso de nossa sociedade.

O que mostra que a prática pedagógica e as oficinas ofertadas de maneira correta, mesmo alcançando uma minoria, é possível que o jovem que cumpre medida socioeducativa, consiga uma verdadeira mudança em seu destino tornando-o capaz de ter uma vida digna e respeitada na sociedade.

No período de nossas visitas ao CEJ, tivemos a orientação e colaboração da pedagoga que realiza um trabalho junto às famílias dos jovens infratores e coordena os trabalhos educativos da unidade, juntamente com outros profissionais, onde se inclui psicólogas, enfermeiras, assistentes sociais, agentes penitenciários, entre outros, que trabalham em conjunto para tornar o ambiente de trabalho o mais favorável possível, garantindo um bom trabalho pedagógico com os jovens.

Em *Pedagogia da Presença*, Costa (2001) descreve a importância do trabalho do pedagogo e direciona a leitura para aqueles que visam melhorar o trabalho docente com jovens infratores destacando a necessidade de uma relação saudável entre socioeducandos e seus educadores para a realização de um trabalho eficaz, fazendo assim da pedagogia, um instrumento no trabalho com jovens em conflito com a lei e tornando a prática docente baseada no respeito mútuo e na convivência saudável, itens indispensáveis para um bom ensino-aprendizagem.

Os profissionais do Centro Educacional do Jovem (CEJ) se utilizaram da leitura do livro de Costa, para elaborarem as práticas pedagógicas na unidade, trabalhando a questão da personalidade dos socioeducandos como também o meio

social em que está inserido e os vínculos familiares, com a finalidade de organizar uma prática pedagógica eficaz durante o seu processo de medida socioeducativas.

Os pedagogos do CEJ, planejam suas atividades e as colocam em ações através da modalidade EJA, que tem uma preocupação em alcançar o objetivo de oferecer uma educação reflexiva, que os alerte durante o cumprimento de sua medida para a transformação, onde através das oficinas e palestras consigam conscientizar para o regresso da vida em sociedade.

Sabendo das diversas formas de discriminação que esses jovens sofrem na sociedade e também em seus laços afetivos, são elaborados estratégias que garantam a eles uma profissionalização como alicerce para se manter socialmente e economicamente, como os cursos profissionalizantes ofertados nas unidades.

7.1 ENTREVISTA COM A PEDAGOGA

A entrevista é um ponto de vista da instituição para com os estagiários, uma forma de aproximação, onde haverá perguntas e respostas sobre determinado assunto.

Para tentar compreender os desafios de trabalhar a parte pedagógica no CEJ, realizamos uma entrevista com a pedagoga que nos orientou durante toda a nossa permanência na unidade, com perguntas sobre o cotidiano de seu trabalho.

A pedagoga trabalha há seis anos na unidade, desenvolvendo trabalho com os jovens e com as suas famílias, trabalhando no eixo família responsável pelo apoio psicológico, social e financeiro.

Começamos a entrevista perguntando sobre o que mais a motivava em seu trabalho e ela nos afirmou que: *trabalhar com os jovens da unidade a tornava uma profissional melhor, que durante as oficinas pedagógicas eles esqueciam por algum momento da revolta e raiva de muitos por estarem ali, pois era um momento bom para eles, era a chance de voltar a pensar em si, em buscar uma mudança.*

A resposta da pedagoga entra em consonância com o relacionamento próximo dela com os internos atendendo sempre pelo seu nome e perguntando sobre as suas necessidades, pelo menos foi o que vivenciamos nestes encontros. Notamos que ela tem afetividade pelos jovens, os trata com respeito, trabalhando o diálogo e compreensão, o que segundo Freire (1996) “não se pode falar em educação sem amor”, despertando a atenção para a necessidade de um bom relacionamento entre eles, que diz estar preparada para as barreiras sociais e culturais existente entre eles.

Sobre a importância de seu trabalho com o eixo família *ela disse que o seu trabalho junto às famílias é um trabalho bastante importante desenvolvido através de palestras, debates, mostrando aos familiares dos jovens o quanto eles são importantes neste processo de recuperação e sua ressocialização de seus filhos, assim como dando apoio psicológico e socioeconômico de acordo com as necessidades de cada família.*

Com relação ao receio em trabalhar dentro dos pavilhões, com portões trancados e em constante vigilância, *ela nos afirmou que no começo sim, mas depois se tornou uma atividade comum, tendo em vista que ela é conhecida e*

respeitada por eles, mesmo sabendo que existe o risco de algo acontecer. Isso nos levou a mesma reflexão de Costa (2001):

É importante ressaltar que trabalhar com adolescentes em conflito com a lei não é trabalho fácil. As dificuldades existem e são inúmeras, como por exemplo: a desmotivação do aluno por causa do estado em que se encontra de solidão, abandono, baixa autoestima, escolarização atrasada, infraestrutura inadequada, falta de recursos. Portanto é importante que o profissional primeiramente queira trabalhar com esses adolescentes. (P.85).

Para o pedagogo que trabalha em unidades de medidas socioeducativas, convivendo com policiais, agentes penitenciários, portões trancados e constante vigilância, é vivenciar uma realidade bem diferente das encontradas nas escolas regulares formais e requer coragem e vontade de trabalhar, se fazendo necessário conviver com jovens em conflitos com a lei, muitos de personalidade violenta e inferiorizada, motivos estes de conflitos pessoais e coletivos o que acarreta mudanças no planejamento educacional.

Sobre a avaliação dos alunos em sala de aula, ela foi bastante segura ao afirmar que eles fazem seus horários e que a maioria não tem muito comprometimento com a aprendizagem. Ela afirma ser tarefa complexa colocá-los para estudar diariamente, tornando difícil a aprendizagem. Os jovens não são obrigados a frequentarem a escola, porém sua matrícula é obrigatória tanto na escola regular como nas oficinas ofertadas pela FUNDAC.

Em relação à reeducação dos jovens ela foi bastante enfática *ao afirmar que esta palavra é bonita, mas, que não existe na prática, pois a sociedade ainda é bastante preconceituosa e não aceita com bons olhos um jovem que já cumpriu medidas socioeducativas e relata que a resposta disto está no fato de mais de 40 jovens terem participado de oficinas e apenas 2 estarem trabalhando, que foi o que aconteceu durante este ano, após as oficinas do Projeto Sinalizando Vidas .*

Já em relação à ressocialização, sabemos que apesar da sociedade atualmente defender uma política de igualdade para todos, ainda é marcante a discriminação por parte daqueles que cometem atos infracionais, decorrente da possibilidade de seu retorno à marginalidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma educação voltada para a transformação, percorrendo os valores éticos e morais de cada indivíduo, tem sido prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade, porém, existe no Brasil a problemática das diferenças culturais, econômicas e sociais e seus reflexos em nossa vida cotidiana, entre eles: a violência, o desemprego e a falta de uma educação de qualidade para todos e inclusive para os jovens que acabam fascinados pelo mundo fácil da criminalidade.

O Brasil atualmente enfrenta um grande problema que se relaciona com as superlotações das unidades de medidas socioeducativas decorrentes da criminalidade, oriunda do Mundo Moderno, que faz os nossos jovens e adolescentes de refém. Pensando em uma maneira de reeducá-los, leva-se em consideração que para o Poder Judiciário, esses jovens são incapazes de responder pelos seus atos, pelo simples fato de não terem alcançado a maioridade, sendo possível apenas a aplicação de medidas socioeducativas tentando assim restaurar o seu processo de desenvolvimento oferecendo-lhes a oportunidade de estudo e qualificação profissional que, em algum momento lhes foram negados, seja pela sociedade, seja pela sua família.

O que analisamos durante a nossa pesquisa é que apesar de existir toda uma estrutura para atender estes jovens, a educação formal acontece semelhante à pedagogia tradicional e tenentista, apesar de existir um belo discurso em favor da pedagogia construtivista. Constatamos que realmente as aulas são ministradas por professores de uma escola regular, garantindo-lhes o direito de todos de cursar a educação básica, estabelecido na LDB (1996).

As oficinas pedagógicas que tem por finalidade garantir aos jovens uma qualificação profissional conforme determina o SINASE, são ministradas esporadicamente, ou seja, não existe um período exato para acontecer, dependendo da direção do CEJ e da FUNDAC.

Mas o que se espera aplicando estas medidas socioeducativas é bem mais do que ensinar, é trabalhar uma pedagogia da libertação onde esses jovens sejam capazes de refletir durante todo o processo de cumprimento de sua medida, as possibilidades de ascender como cidadão estabelecendo uma melhoria de vida principalmente no aspecto educacional e profissional.

Observamos e concluímos que a teoria não corresponde com a prática, havendo a necessidade de uma melhor estrutura tanto física quanto pedagógica neste processo de ressocialização e reeducação, satisfazendo um trabalho para a autonomia e cidadania dos jovens, como também uma valorização aos profissionais que atuam nas unidades, pois é tarefa difícil educar aqueles que já tem em seu histórico de vida uma realidade de exclusão e marginalidade.

REFERÊNCIAS

BAZILIO, L. C. & Kramer, S. (2003). **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1997.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. Resiliência. **Pedagogia da presença**. São Paulo: Modus Faciend, 2001.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 jan.2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1977.

_____ **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal. 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____ **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.

_____ **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 42ª ed. São Paulo: Paz e terra; 1996.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Básica. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9493.html>. Acesso em: 03 fev.2014.

Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE/2013.

Relatório: **Um Olhar Mais Atento às Unidades de Internação e de Semiliberdade para Adolescentes**, lançado nesta quinta-feira (8), pela Comissão de Infância e Juventude do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

SASSAKI; Romeu Kazumi. **Inclusão** – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 2006.

FIGUEIRÊDO, Maria do Amparo Caetano de. **Metodologia de Oficina Pedagógica: Uma Experiência de Extensão com Crianças e Adolescentes**. João Pessoa, UFPB

Site da Rede Record, R7notícias.com

Pastoral do menor, pastoraldomenor.org

Revista online HISTEDBR, 2010